



DPU recomenda implementação de política pública nacional de higiene menstrual (/noticias-institucional/233-slideshow/65019-dpu-recomenda-implementacao-de-politica-publica-nacional-de-higiene-menstrual)

📅 Criado: 18 Outubro 2021

gt mulheres (/component/tags/tag/gt-mulheres)

Brasília - A Defensoria Pública da União, por meio do Grupo de Trabalho Mulheres, enviou uma recomendação ao Ministério da Saúde sobre implementação de política pública nacional de higiene menstrual. O objetivo é garantir a dignidade menstrual, promovendo fornecimento gratuito de absorventes higiênicos a usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), com a incorporação do produto à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME).

“A falta de acesso gratuito a absorventes higiênicos gera graves impactos fisiológicos, psíquicos e sociais na vida de meninas e mulheres em situação de pobreza menstrual”- afirma a defensora pública federal Shelley Duarte Maia, uma das subscritoras da recomendação, destacando que a implantação imediata de uma política pública nacional concernente à higiene menstrual é medida que se impõe, em respeito ao direito fundamental à saúde e ao princípio da dignidade da pessoa humana.



O documento é resultado da percepção de diversas dificuldades no acesso a produtos destinados à higiene menstrual que comprometem a dignidade e a saúde feminina. Mais de 4 milhões de meninas não têm acesso a itens mínimos de cuidados menstruais nas escolas, o que leva muitas vezes à evasão escolar. Os dados são do relatório “Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos”, lançado em maio de 2021 por UNICEF e UNFPA.

Entre as medidas recomendadas, estão: a promoção do fornecimento gratuito de absorventes higiênicos; a realização de todos os demais atos administrativos necessários ao acesso universal ao referido insumo; a instituição de Programa Nacional de Higiene Menstrual, destinado ao fornecimento gratuito de absorventes higiênicos, em especial, às estudantes do ensino fundamental e médio, bem como a mulheres em situação de rua, privação de liberdade ou em situação de vulnerabilidade social.

Foi estipulado o prazo de 10 dias após o recebimento para que o Ministério da Saúde informe sobre o cumprimento ou não da recomendação. Em caso de acatamento, o órgão deve encaminhar à Defensoria Pública da União um cronograma concreto do plano de ação correspondente.

Assinaram o documento as defensoras públicas regionais de Direitos Humanos, Shelley Duarte Maia e Ana Lúcia Marcondes Faria de Oliveira, a coordenadora do GT Mulheres, Alessandra Lucena Wolff, as representantes do GT Mulheres, Daniela Correa Jacques, Liana Lidiane Pacheco Dani, Charlene Borges, e as representantes regionais (ponto focal), Andressa Santana Arce, Lutiana Valadares Fernandes Barbosa e Rafaella Mykos Passos.

[Confira a íntegra do documento aqui.](#)

(/images/Banco_de_imagens_2021/Slide_fotos_especificas_-_eventos_ações/RECOMENDACAO_N_4755974_-_higiene-menstrual.pdf)

*Assessoria de Comunicação Social
Defensoria Pública da União*

DPU recomenda implementação de política pública nacional de higiene menstrual (/noticias-institucional/233-slideshow/65019-dpu-recomenda-implementacao-de-politica-publica-nacional-de-higiene-menstrual)

Documento foi enviado ao Ministério da Saúde nesta quinta-feira (14)

Em programa da União Europeia MIEUX+, DPU expõe atuação do GT Migrações, Apátrida e Refúgio (/noticias-institucional/65018-em-programa-da-uniao-europeia-mieux-dpu-apresenta-atuacao-de-gt-migracoes-apatridia-e-refugio)

Sessão da Comunidade MIEUX+ América Latina e Caribe ocorreu em 13 de outubro

DPU participa de Reunião das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul (/noticias-institucional/233-slideshow/65017-dpu-participa-de-reuniao-das-altas-autoridades-de-direitos-humanos-do-mercosul)

Defensoria representou o Brasil, que exerce a presidência temporária do bloco, em duas comissões

+ notícias

DPU recomenda implementação de política pública nacional de higiene menstrual (/noticias-institucional/233-slideshow/65019-dpu-recomenda-implementacao-de-politica-publica-nacional-de-higiene-menstrual)

DPU participa de Reunião das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul (/noticias-institucional/233-slideshow/65017-dpu-participa-de-reuniao-das-altas-autoridades-de-direitos-humanos-do-mercosul)

DPU se manifesta sobre veto ao projeto de oferta gratuita de absorventes (/noticias-institucional/233-slideshow/64984-dpu-se-manifesta-sobre-veto-ao-projeto-de-oferta-gratuita-de-absorventes)

Audiência pública discute práticas de enfrentamento à tortura e abusos no sistema penitenciário (/noticias-institucional/233-slideshow/64922-audiencia-publica-discute-praticas-de-enfrentamento-a-tortura-e-abusos-no-sistema-penitenciario)

DPU Emergencial beneficia mais de 6 mil cidadãos durante a pandemia de Covid-19 (/noticias-institucional/233-slideshow/64827-dpu-emergencial-beneficia-mais-de-6-mil-cidadaos-durante-a-pandemia-de-covid-19)

Em visitas a lares de idosos na Bahia, DPU constata problemas por falta de ação do poder público (/noticias-institucional/233-slideshow/64919-em-visitas-a-lares-de-idosos-na-bahia-dpu-constata-problemas-por-falta-de-acao-do-poder-publico)



Ação da DPU impede que transgêneros sejam reformados pelas Forças Armadas como se fossem doentes (/noticias-institucional/233-slideshow/64917-acao-da-dpu-impede-que-transgeneros-sejam-reformados-pelas-forcas-armadas-como-se-fossem-doentes)

DPU integra fluxo de atendimento a vítimas de trabalho escravo no Brasil (/noticias-institucional/233-slideshow/64891-dpu-integra-fluxo-de-atendimento-a-vitimas-de-trabalho-escravo-no-brasil)

Crise migratória internacional é tema de audiência pública (/noticias-institucional/233-slideshow/64890- crise-migratoria-internacional-e-tema-de-audiencia-publica)

Audiência pública terá debate sobre pessoas em situação de prisão e enfrentamento à tortura (/noticias-institucional/233-slideshow/64864-audiencia-publica-tera-debate-sobre-pessoas-em-situacao-de-prisao-e-enfrentamento-a-tortura)